

Selo Casa Azul, o Selo para Construção Sustentável da Caixa Econômica Federal

Selo Casa Azul, the Sustainable Construction Label of Caixa Econômica Federal

Marcelo R. D. V. de Mattos Bezerra, Doutor em Design, PUC-Rio.

mmb@puc-rio.br

Alfredo Jefferson de Oliveira, Doutor em Engenharia de Produção, PUC-Rio.

afferson@puc-rio.br

Resumo

Neste artigo é apresentado o Selo Casa Azul criado pela Caixa Econômica Federal e lançado em 2010. O selo foi elaborado por equipe técnica do banco, a partir de análises de certificações existentes e necessidades do mercado da construção do Brasil, visando estimular a inclusão de soluções sustentáveis e destina-se a empreendimentos financiados pelo banco. Um dos aspectos diferenciadores é a inclusão da categoria “Práticas Sociais” que atende lacuna em relação a aspectos não atendidos pela legislação brasileira. Neste momento são mais de dez empreendimentos contemplados com o selo. O artigo apresenta a estrutura do Selo, suas categorias, itens para pontuação, níveis, forma de obtenção, incentivos e momento atual. É apresentada uma comparação do Selo Casa Azul com outras certificações e etiquetas disponíveis no Brasil – LEED, HQE-AQUA e PBE Edifica, – sobre com modelos e etapas para obtenção, quantidade de empreendimentos certificados e incentivos para adoção.

Palavras-chave: Construção Sustentável, Certificações, Incentivos para Construção Sustentável.

Abstract

This article introduces Selo Casa Azul (Blue House Seal), a label created by Caixa Economica Federal presented in 2010. This seal as developed by a technical team from Caixa, who used existent certifications and the needs of Brazilian construction market as a reference to stimulate the adoption of sustainable solutions, and is intended for projects financed by the bank. One of the distinguishing aspects of this label is the inclusion of the category "Social Practices", which includes a gap regarding missing aspects of the Brazilian law system. Now, there are more than ten projects awarded the seal. The article shows the Seal structure, categories, criteria to score, levels, incentives, and current time. It presents a comparison between Selo Casa Azul and other certifications and labels available in Brazil: LEED, HQE-AQUA and PBE Edifica, with types and stages to obtain each certification, number of certified projects and incentives for the adoption of the certification.

Keywords: Sustainable Construction, Certifications, Sustainable Construction Incentives.

1. Introdução

A Construção Sustentável tem sido incentivada em diversos países. O aumento do custo da energia, a escassez de recursos e o aumento médio da temperatura são alguns dos desafios. A redução de consumo de energia e água em edificações, com uma melhor gestão, é um passo a ser efetivado. Um dos debates é como o cenário para a sustentabilidade pode ser viabilizado.

A cidade é, em diversos aspectos, consequência de sua legislação, fator determinante na sua forma e modelo de suas construções. O cenário de sustentabilidade será favorecido por leis que incentivem e/ou obriguem a inclusão de soluções em empreendimentos novos e existentes, a divulgação a usuários dos benefícios e potenciais de retorno. Em paralelo a legislação, certificações e etiquetas para construção sustentável permitem ao usuário diferenciar empreendimentos.

No Brasil, a Caixa – Caixa Econômica Federal –, um dos principais atores do mercado da construção civil, desenvolveu um selo para incentivar a construção sustentável: O Selo Casa Azul.

A Caixa foi criada, em 1861. Em 1986, a Caixa incorporou o Banco Nacional de Habitação – BNH –, assumindo a condição de maior agente nacional de financiamento de habitações (CAIXA, 2016), atendendo, atualmente, a 70% dos financiamentos do mercado imobiliário brasileiro (ABRANTES, 2015).

2. Panorama das Certificações para Construção Sustentável no Brasil

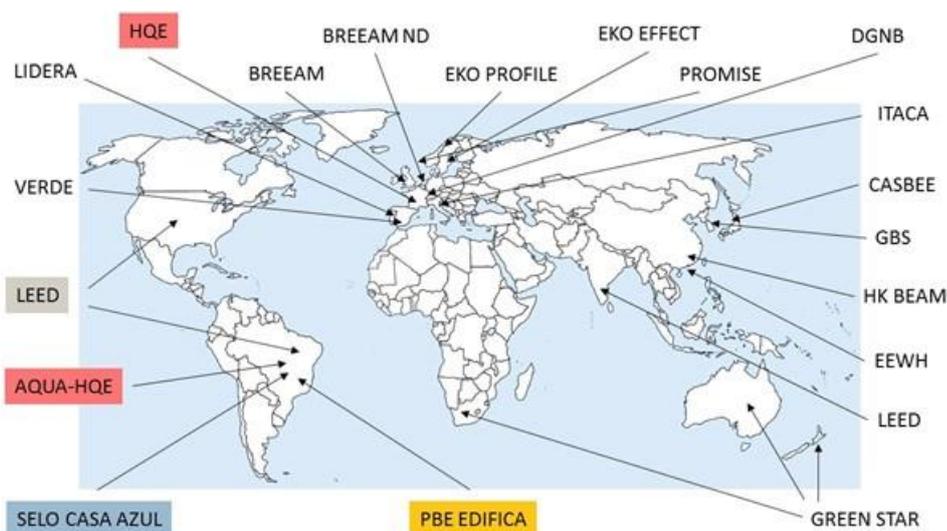


Figura 1: Mapa com algumas das Principais Certificações ao redor do mundo com indicação das principais adotadas no Brasil. Fonte: Elaborado pelo autor.

Certificações e Etiquetas consistem em conjunto de categorias e critérios com pontuações. Muitos itens incluídos em certificações derivam de legislações de cidades e/ou países e tem pontuações atribuídas na superação de exigências das mesmas. A internacionalização de

certificações, com adoção de regras comuns para países de diferentes realidades, exige uma atenção especial e é foco de críticas.

Um dos diferenciadores em relação à realidade brasileira, as estratégias direcionadas a aspectos sociais, é também um dos itens de menor ou nenhuma pontuação em muitas certificações. Isso pode ser explicado pela evolução de questões sociais nos países de origem nos quais, entre outras, as relações trabalhistas estão estabelecidas e incorporadas em todos os setores.

No Brasil as principais certificações, etiquetas e selos adotados são (BEZERRA; JEFFERSON, 2015):

- AQUA-HQE: Na França, Processo HQE – Haute Qualité Environnementale – e no Brasil, adaptado pela Fundação Vanzolini, da Politécnica da USP (Univers. de São Paulo), AQUA-HQE – Alta Qualidade Ambiental – com grande percentual edifícios residenciais.
- LEED – Leadership in Energy and Environmental Design: Certificação elaborada nos Estados Unidos pelo USGBC – United States Green Building Council. No Brasil predomina em edifícios corporativos novos e em renovação.
- PBE Edifica – Brasil: Etiqueta para eficiência energética com bonificações para soluções relacionadas, por exemplo, a redução de consumo de água. Disponível para Edifícios Comerciais, de Serviços e Públicos e Residenciais. Em 2014 foi lançado o Selo Procel Edificações.

Entidades governamentais, como prefeituras, têm desenvolvido sistemas de pontuação como qualificações que visam a inclusão de sustentabilidade nas edificações.

3. O Selo Casa Azul

Desenvolvido pela Caixa Econômica Federal, o Selo Casa Azul foi disponibilizado em junho de 2010, é uma classificação socioambiental de projetos e empreendimentos imobiliários financiados pelo banco (BENEVIDES, 2009).

O Selo Casa Azul foi elaborado por equipe técnica da Caixa após período de levantamento de certificações existentes no Brasil e exterior, definição de prioridades e itens pertinentes (BENEVIDES, 2009), com apoio de consultores da Politécnica da USP – Universidade de São Paulo –, UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina – e Unicamp – Universidade Estadual de Campinas (ABRANTES, 2015).

Os principais objetivos do Selo são (JOHN; PRADO, 2010):

- Reconhecer e incentivar a produção de habitações mais sustentáveis.
- Promover a integração do empreendimento com o meio urbano.
- Incentivar o uso racional de recursos naturais.
- Reduzir o custo de manutenção dos edifícios.
- Promover a conscientização sobre as vantagens das construções mais sustentáveis.
- Disseminar o conceito de construções sustentáveis.

A adesão ao Selo é voluntária, não existindo impedimento para contratação de financiamento pela Caixa para empreendimentos não contemplados com o Selo. Estão

previstas penalidades para agentes que, após assumirem a adoção do Selo, não cumprirem itens previstos (MOTTA, 9 nov. 2010).



Figura 2: Três níveis do Selo Casa Azul. Fonte: JOHN; PRADO, 2010 p.21.

O Selo possui três níveis: Outro, Prata e Bronze, e se divide em 6 categorias e 53 critérios de avaliação. Cada categoria possui critérios obrigatórios e facultativos. Cada critério corresponde a um ponto. Para obter o nível almejado o empreendimento tem que atingir as seguintes pontuações a partir dos 53 critérios (portos) disponíveis (JOHN; PRADO, 2010 p.21):

	Bronze	Prata	Ouro
critérios obrigatórios	19	19	19
critérios facultativos	0	6	12
pontos para obtenção	19	25	31
percentual para obtenção	36%	47%	58%

Tabela 1: Pontuações para obtenção dos níveis dos Selos Casa Azul. Fonte: Elaborado pelos autores.

Para obtenção do Selo o percentual de pontos varia de 36% (Bronze), quando são atendidos os critérios obrigatórios, a 58% (Ouro), quando são acrescentados 12 critérios opcionais. Na tabela acima não está considerado o ponto de bonificação (ver item 3.1.7).

A seguir as 6 categorias, com respectivas quantidades de critérios (JOHN; PRADO, 2010):

- Qualidade Urbana: 5 critérios;
- Projeto e Conforto: 11 critérios;
- Eficiência Energética: 8 critérios;
- Conservação de Recursos Naturais: 10 critérios;
- Gestão da Água: 8 critérios;
- Práticas Sociais: 11 critérios;
- Bônus: 1 critério (ABRANTES, 2015).

Um dos aspectos diferenciais é a inclusão de critérios sociais na categoria Práticas Sociais.

Quando do lançamento do Selo Casa Azul em 2010 foi publicado um manual com textos desenvolvidos pelos especialistas brasileiros que atuaram como consultores no desenvolvimento do Selo, nos temas relacionados as categorias. O Manual, em versão digital, pode ser baixado gratuitamente do site da Caixa.



Figura 3: Manual do Selo Casa Azul. Fonte: JOHN; PRADO, 2010.

Em 2013, Triana e Ghisi (p.63) desenvolveram estudo disponibilizado pela Caixa com o título “Benefícios para aplicação do Selo Casa Azul Categorias Eficiência Energética e Projeto e Conforto” que apresentou as seguintes conclusões:

- A adoção dos critérios obrigatórios das categorias objetos do estudo podem trazer grandes benefícios para usuários em termos de conforto e de economia de energia.
- Muitas das estratégias para adoção desses critérios dependem de custos baixos. Outras devem ser vistas no contexto de operação da edificação.
- Projetos com melhor desempenho térmico diminuem a necessidade futura do uso de condicionamento ambiental, gerando economias importantes para usuários.
- Importante estimar custos em função do ciclo de vida da edificação para elaborar balanço entre as questões ambientais, econômicas e sociais.

O estudo evidencia os benefícios de conforto, ambientais e financeiros pela adoção do Selo. Atualmente a Caixa oferece vantagens para empreendimentos com o Selo pela redução da taxas de juros na faixa de 0,5% ao ano (ABRANTES, 2015).

Em março de 2011 foi concedido o primeiro Selo na categoria Ouro: O Residencial Bonelli, em Joinville, Santa Catarina. O empreendimento, de 45 unidades, atingiu 32 pontos (BENEVIDES, nov. 2012). Já são mais de 30 projetos aprovados (ABRANTES, 2015).

3.1 Categorias e Bônus do Selo Casa Azul

Na sequência serão descritas as categorias, respectivos critérios com breves definições e indicação dos critérios obrigatórios para cada umas das categorias.

3.1.1 Categoria Qualidade Urbana

Esta categoria envolve o planejamento do empreendimento e a escolha do local do mesmo (JOHN; PRADO, 2010 p.43). A seguir os critérios desta categoria:

1	Qualidade Urbana	obrigat.
1.1	Qualidade entorno - infraestrutura: saneam., transporte, comércio, saúde, etc	X
1.2	Qualidade entorno - impactos: fontes ruído, odores, poluição, etc	X
1.3	Melhorias entorno: estéticas, funcionais, paisagísticas e acessibilidade	
1.4	Recuperação áreas social e/ou ambientalmente degradada	
1.5	Reabilitação ou nova construção em vazios em áreas urbanas	
	Total Pontos da Categoria: 5 (1 por critério)	2

Tabela 2: Critérios para Categoria Qualidade Urbana. Fonte: Elaborado pelos autores.

3.1.2 Categoria Projeto e Conforto

Esta categoria trata de aspectos relacionados ao planejamento e a concepção do projeto considerando a adaptação as condições climáticas, físicas e geográficas (JOHN; PRADO, 2010 p.57). A seguir os critérios desta categoria:

2	Projeto e Conforto	obrigat.
2.1	Paisagismo	X
2.2	Flexibilidade de projeto: alternativas, modificação e/ou ampliação	
2.3	Relação com a vizinhança: propiciar insolação, luminosidade e ventilação	
2.4	Solução alternativa de transporte: bicicletários, ciclovias e outras	
2.5	Coleta seletiva: ambiente ventilado, de fácil acesso e manutenção	X
2.6	Equipamentos lazer, sociais e esportivos: 2 até 100 UH a 6 acima de 500 UH	X
2.7	Desempenho térmico - vedações: tabelas de NBRs	X
2.8	Desempenho térmico - vedações: sombreamento vedações	X
2.9	Iluminação natural áreas comuns: abertura mínima 12,5%	
2.10	Ventilação e iluminação natural banheiros: abertura mínima 12,5%	
2.11	Adequação às condições físicas do terreno: declividades e elementos naturais	
	Total Pontos da Categoria: 11 (1 por critério)	5

UH: Unidade de Habitação

Tabela 3: Critérios para Categoria Projeto e Conforto. Fonte: Elaborado pelos autores.

3.1.3 Categoria Eficiência Energética

Para projetos mais sustentáveis a redução de consumo de energia e aumento do uso de fontes renováveis devem ser priorizados (LAMBERTS & TRIANNA, 2007, apud in JOHN; PRADO, 2010 p.105). A seguir os critérios desta categoria:

3	Eficiência Energética	obrigat.
3.1	Lâmpadas baixo consumo - Áreas privativas	X (*)
3.2	Dispositivos economizadores - Áreas comuns	X
3.3	Aquecimento Solar: coletores Selo A com sistema auxiliar elétrico ou a gás	
3.4	Aquecimento a Gás: aquecedor Selo A	
3.5	Medição individualizada - gás	X
3.6	Elevadores eficientes: Sistema de controle inteligente de tráfego	
3.7	Eletrodomésticos Selo A instalados. Em MCMV parceria com concessionárias	
3.8	Fontes alternativas energia: 25% energia por fontes alternativas e renováveis	
	Total Pontos da Categoria: 8 (1 por critério)	3

(*) Critério obrigatório para Habitação de Interesse Social faixa até 3 salários mínimos.
MCMV: Minha Casa Minha Vida

Tabela 4: Critérios para Categoria Eficiência Energética. Fonte: Elaborado pelos autores.

3.1.4 Categoria Recursos Materiais

Esta categoria centraliza seus critérios na conservação de recursos naturais (JOHN; PRADO, 2010 p.135):

4	Recursos Materiais	obrigat.
4.1	Coordenação Modular: dimensões padronizadas - NBR 15873:2010	
4.2	Qualidade componentes: reduzir desperdício, melhor desemp. e produtividade	X
4.3	Componentes industrializados / pré-fabricados	
4.4	Formas e escoras reutilizáveis: reduzir uso de madeira, desperdício e RCD	X
4.5	Gestão de RCD (Resíduos de Construção e Demolição)	X
4.6	Concreto dosagem otimizada: otimizar uso na produção de concreto estrutural	
4.7	Cimento alto forno CP-III Pozolânico CP-IV: reduzir emissões	
4.8	Pavimentação com RCD: reaproveitar resíduos de construção	
4.9	Madeira plantada ou certificada: reduzir demanda por madeiras nativas	
4.10	Facilidade manutenção fachada: revestimento vida útil superior a 15 anos	
	Total Pontos da Categoria: 10 (1 por critério)	3

Tabela 5: Critérios para Categoria Recursos materiais. Fonte: Elaborado pelos autores.

3.1.5 Categoria Gestão da Água

A gestão da água em edifícios é indispensável para o uso mais sustentável deste insumo (JOHN; PRADO, 2010 p.157). A seguir os critérios desta categoria:

5	Gestão da Água	obrigat.
5.1	Medição individualizada	X
5.2	Dispositivos economizadores - bacia	X
5.3	Arejadores	
5.4	Registros reguladores de vazão	
5.5	Aproveitamento de águas pluviais	
5.6	Retenção de águas pluviais	
5.7	Infiltração de águas pluviais	
5.8	Áreas permeáveis	X
	Total Pontos da Categoria: 8 (1 por critério)	3

Tabela 6: Critérios para Categoria Gestão da Água. Fonte: Elaborado pelos autores.

3.1.6 Categoria Práticas Sociais

Os critérios definidos para esta categoria estão relacionados a responsabilidade socioambiental (JOHN; PRADO, 2010 p.175):

6	Práticas Sociais	obrigat.
6.1	Educação para gestão de RCD	X
6.2	Educação ambiental empregados: mínimo 4h - 80% empregados	X
6.3	Desenvolvimento pessoal empregados: mínimo 8h - 50% empregados	
6.4	Capacitação profissional empregados: mínimo 30h - 30% empregados	
6.5	Inclusão de trabalhadores locais: mínimo 20% vagas para população local	
6.6	Participação da comunidade na elaboração do projeto	
6.7	Orientação moradores: Manual do proprietário sobre o uso e manutenção e atividade informativa com futuros moradores	X
6.8	Educação Ambiental moradores: sustentabilidade e temas relacionados. 4h - 80% dos moradores	
6.9	Capacitação gestão empreendimento: organização social e gestão empreendimento. 12h - 30% dos moradores	
6.10	Ações de Mitigação de riscos sociais	
6.11	Ações Geração emprego e renda: moradores empreendimento ou entorno	
	Total Pontos da Categoria: 11 (1 por critério)	3

Tabela 7: Critérios para Categoria Práticas Sociais. Fonte: Elaborado pelos autores.

3.1.7 Bônus

A concessão de um ponto como bônus é um novo critério recentemente incluído. Trata-se de item proposto pelo empreendedor e que, após análise da equipe responsável pelo Selo em Brasília, pode ser aceito (ABRANTES, 2015). Este critério, de livre escolha, visa proporcionar flexibilidade ao projeto na inclusão de itens adicionais que contribuam para a pontuação (CAIXA, 2015).

3.2 Análise Comparativa das Categorias do Selo Casa Azul

A Tabela 8 evidencia o equilíbrio entre as categorias quanto aos pontos disponíveis. Para os critérios de pontuação obrigatória constata-se maior quantidade de pontos na categoria Projeto e Conforto.

	Qualidade Urbana	Projeto e Conforto	Eficiência Energética	Recursos Materiais	Gestão de Água	Práticas Sociais	Bônus	Totais
itens / pontos	5	11	8	10	8	11	1	54
percentuais do total	9%	20%	15%	19%	15%	20%	2%	100%
itens / pontos obrigatórios	2	5	3	3	3	3	0	19
percentuais por categorias	40%	45%	38%	30%	38%	27%		
percentuais do total de itens obrigatórios	11%	26%	16%	16%	16%	16%	0%	100%

Tabela 8: Comparativo Categorias Selo Casa Azul. Fonte: Elaborado pelos autores.

3.3 Procedimentos para Obtenção e Análises do Selo Casa Azul

O primeiro passo é a confirmação de interesse do proponente com apresentação da documentação para análise da solicitação. A partir do aceite é assinado um contrato. Ao proponente serão solicitados e/ou concedidos (JOHN; PRADO, 2010):

- Taxa de análise com 50% de entrada e 50% na contratação.
- Não há cobrança de taxa de vistoria.
- Logomarca do Selo em placa de obra.
- Divulgação em material publicitário de vendas.
- Placa no empreendimento após a entrega.
- Citação na relação dos empreendimentos com o Selo no site da Caixa.

A análise e acompanhamento do empreendimento são realizados por equipe multidisciplinar da Caixa composta por arquitetos, engenheiros e técnicos sociais (JOHN; PRADO, 2010).

3.4 Mudanças no Selo Casa Azul

Foram efetivadas as seguintes mudanças após experiências de projetos (CAIXA, 2015):

- Critério 1.1: Exigência de escola pública a 1.5 km de distância.
- Critério 1.2: Faixa não edificante de 15 metros para linhas de transmissão de energia.
- Critério 2.7: Eliminadas exigências de paredes internas.
- Critério 2.8: Algumas estratégias de conforto passam a opcionais.
- Critério 2.10: Não exigida ventilação e iluminação para lavabos.
- Critério 3.5: Permitida instalação de medidores individualizados pelas concessionárias com comprovação de convênios com as mesmas.
- Critério 5.1: Permitida instalação de medidores individualizados pelas concessionárias com comprovação de convênios com as mesmas.
- Critério 5.8: Flexibilidade para atendimento de áreas permeáveis.
- Critério Bônus: Como comentado, trata-se de item a ser proposto pelo empreendedor e analisado pela Caixa.

3.5 Comparativos do Selo Casa Azul com outras Certificações

Nas tabelas na sequência estão reunidos, sem distinção, certificações, etiquetas e selos para uma visão geral.

Na Tabela 9 temos que, além do Selo Casa Azul, a etiqueta para eficiência energética foi elaborada no Brasil. A certificação HQE-AQUA foi adaptada ao Brasil pela Fundação Vanzolini. Os níveis para obtenção variam de 1 a 5, sendo o Selo Casa Azul na média pelos 3 níveis possíveis. Somente o LEED não tem uma auditoria presencial. O Selo Casa Azul inclui aspectos sociais, pela categoria dedicada ao tema, e tem uma taxa fixa para obtenção.

	Selo Casa Azul	HQE-AQUA	LEED	PBE Edifica
auditoria presencial	X	X		X
país de origem	Brasil	França	Estados Unidos	Brasil
criado / adaptado Brasil por	equipe da Caixa	adaptado Fund. Vanzolini		Eletrobrás
níveis possíveis de obtenção	3	1	4	5
nomes níveis (ordem decrescente)	Ouro, Prata e Bronze	HQE-AQUA	Platina, Ouro, Prata e Certif.	A a E
inclusão aspectos sociais	X			
taxa para obtenção	fixa	variável	variável	variável

Tabela 9: Modelos e níveis para obtenção das Certificações, Etiquetas e Selos. Fonte: Elaborado pelos autores.

A Tabela 10 apresenta as etapas para obtenção das certificações, etiquetas e selos. A certificação HQE-AQUA inclui a etapa de concepção quando o empreendimento ainda está

em suas fases iniciais. O Selo Casa Azul apresenta duas etapas, seguindo a evolução de aprovação do projeto e após a conclusão da obra (Habite-se).

	Selo Casa Azul	HQE-AQUA	LEED	PBE Edifica
concepção		X		
projeto	X	X	X	X
obra	X	X	X	X
operação		X	X	X

Tabela 10: Etapas de obtenção das Certificações, Etiquetas e Selos. Fonte: Elaborado pelos autores.

A Tabela 11, com dados atualizados em fevereiro 2016 indica 10 projetos contemplados com o Selo Casa Azul, abaixo das outras certificações. Dois podem ser os motivos: a restrição a empreendimentos financiados pelo banco e a limitação de concessão do Selo para edificações residenciais.

	Selo Casa Azul	HQE-AQUA	LEED	PBE Edifica
residenciais	10	223		15
não residenciais		167	1051	84
totais	10	390	1051	99
	empreendimentos	edifícios	registros	etiquetas

Tabela 11: Quantidade Empreendimentos contemplados pelas Certificações, Etiquetas e Selos. Fonte: Elaborado pelos autores.

A Tabela 12 evidencia os incentivos para obtenção das certificações. O Selo Casa Azul, reduz taxas de juros para projetos que obtenham o Selo e dispõe de um grupo específico de profissionais do banco para análise de projetos com auditorias, seguindo os trâmites de um projeto normal, dos critérios pontuados. O PBE Edifica (BEZERRA; JEFFERSON, 2015) passou a ser obrigatório para edifícios do governo federal e possui incentivos para hotéis em financiamentos pelo BNDES.

	Selo Casa Azul	AQUA	LEED	PBE Edifica
redução de taxas de juros:				
todos projetos	X			
projetos específicos				X
obrigatoriedade:				
todos projetos				
projetos específicos				X
processo em conjunto:				
financiamento	X			
prioridade aprovação				
benefícios fiscais				
benefícios edílios				

Tabela 12: Comparativo Benefícios e Incentivos das Certificações. Fonte: Elaborado pelos autores.

4. Considerações Finais

O Selo Casa Azul tem potencial para contribuir para a inclusão da sustentabilidade, com benefícios das categorias contempladas, com importante atributo de ter sido elaborado com foco nas necessidades locais, sendo a inclusão de aspectos sociais categoria importante. O fato de um banco ter desenvolvido um selo e com sua equipe interna é relevante e positivo.

O Selo viabiliza, para compradores de imóveis financiados pelo banco, redução de contas com o benefício adicional pelos clientes terem maior capacidade financeira para exercer compromissos.

Outro facilitador é a taxa do Selo para inscrição e obtenção de valor reduzido, principalmente quando comparado com outras certificações adotadas no Brasil.

Importante contribuição do Selo foi o Manual que define as categorias e respectivos itens com textos de autoria de diversos dos maiores especialistas brasileiros nos temas abordados.

Como nas diversas certificações os aperfeiçoamentos ocorrem e fazem parte da evolução das mesmas. Já houve uma rodada de ajustes como indicado no item 3.4.

A seguir algumas sugestões para próximos passos do Selo:

- Obrigatoriedade de obtenção do selo para empreendimentos de faixas de menor renda pela economia gerada para moradores de menor poder aquisitivo.
- Equilíbrio entre incentivos e custos para adoção das soluções previstas pode representar acelerador na quantidade de projetos com o Selo.
- Obrigatoriedade de aquisição do Selo, por exemplo, no nível Bronze, com incentivos diferenciados para níveis mais elevados. Neste cenário a elevação da quantidade de critérios a serem atendidos para alguns ou todos os níveis – Bronze, Prata e Outro – poderia ser analisada.
- Criação de um nível de excelência com pontuação acima do solicitado pelo nível Outro, 58% do total, trabalhando como incentivo.

- Além dos benefícios de juros e prazos, seria interessante analisar parcerias junto a concessionárias, por exemplo, de energia e água. Por ser de um banco do governo, associado ao fator de exemplo, poderia somar com iniciativas de todas as esferas.

Referências

ABRANTES, Carlos. Notas de Palestra Disciplina “Certificados e Etiquetas para Construção Sustentável” do Curso de Extensão “Sustentabilidade no Projeto: do Objeto a Cidade” - PUC-Rio. Rio de Janeiro: 27 mai. 2015.

BENEVIDES, Jean Rodrigues. Gerente Nacional de Meio Ambiente da Caixa. Notas de Apresentação no 81º Encontro Nacional da Indústria da Construção - ENIC. Rio de Janeiro: 2 set. 2009.

BEZERRA, Marcelo de M.. 2013. Renovação da Quadra Urbana para a Sustentabilidade: Desafios e Soluções. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado. Departamento de Artes & Design, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

_____; OLIVEIRA, Alfredo J. QUALIFICAÇÃO QUALIVERDE, A Legislação para Edifícios Sustentáveis do Rio de Janeiro e Análise Comparativa com Certificações. 5º Simpósio de Design Sustentável. PUC-Rio. Rio de Janeiro: nov. 2015.

CAIXA – Caixa Econômica Federal. Sobre a Caixa. Disponível em <<http://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa/apresentacao/Paginas/default.aspx>>. Acesso em 4 jan. 2016.

_____. Veja o que mudou no Selo Casa Azul. Disponível em <http://www.caixa.gov.br/Downloads/selo_azul/Mudancas_Selo_Casa_Azul.pdf>. Acesso em 1 dez. 2015.

JOHN, Vanderley M.; PRADO, Racine T. A. (coord.). Selo Casa Azul: Boas práticas para habitação sustentável. São Paulo: Páginas & Letras – Editora Gráfica, 2010.

MOTTA, Mara Luísa Alvim. Selo Casa Azul Caixa. Material Apresentado no III Simpósio Conselho Brasileiro de Construção Sustentável. São Paulo: 9 nov. 2010.

TRIANA, M. A.; GHISI, E. Benefícios para aplicação do Selo Casa Azul: Categorias Eficiência Energética e Projeto e Conforto. Rio de Janeiro: 2013. Disponível em <http://www.caixa.gov.br/Downloads/selo_azul/Beneficios_selo-casa-azul.pdf>. Acesso em 1 dez. 2015.